

FRAGMENTOS E CONTEXTO: UMA FORMA DE PENSAR A HISTÓRIA

Marcia Mansor D'Alessio*

MALUF, Marina. *Ruídos da memória*. São Paulo, Siciliano, 1995, 305p.

Talvez para diluir, ainda que inconscientemente, a permanente e visível ameaça de violência – essência mesma da escravidão – e cuja representação estava na palmatória, Floriza recorre com frequência a delicados diminutivos para se referir aos “ingênuos”, os pequenos filhos dos escravos. Eles são “creoulinhos”, são “barrigudinhos”, e comem com as “pontinhas” dos dedos a comida servida nas “gamelinhas” (p. 242)

Essa reflexão revela a abordagem adotada na obra *Ruídos da Memória*, por sua autora Marina Maluf, historiadora que trabalha com sensibilidades, campo de investigação que vem se formando do interior da história das mentalidades, no momento em que estas passam por um impulso de fragmentação como mostra Hervé Martin em recente publicação.¹

De dentro das “gamelinhas” dos “creoulinhos” é o Brasil cafeeiro do século XIX que aparece, inteiro, como uma unidade, porém mutante, cuja movimentação depende dos fragmentos de sua composição e do olhar do historiador, à maneira do caleidoscópio, cujas partículas ínfimas compõem e recompõem infinitamente, a partir do toque do observador, conjuntos estáveis o suficiente para que lhe reconheçamos forma e cores bem definidas. O método consiste, portanto, em articular o fragmento, em uma manifestação muito íntima como diários e escritos pessoais, com o contexto, na recomposição da trama histórica tecida a partir de suas múltiplas temporalidades.

A fonte fundamental da autora são as memórias de Floriza Barbosa Ferraz e Brázilia Oliveira Franco de Lacerda, mulheres da elite agrária paulista registrando e relembrando

* Professora do Departamento de História da UNESP/Franca e do Departamento de História da PUC-SP.

1 Martin, H. *Mentalités médiévales – XI-XVe siècles*. Paris, PUF, 1996.

o fim do século XIX e começo do XX. A subjetividade dessas fontes ganha maior credibilidade metodológica e maior poder de informação à medida que limites são estabelecidos pelo cruzamento com fontes mais estáveis e objetivas como inventários e escrituras. A partir daí Marina Maluf extrai das lembranças o melhor para o conhecimento: o espaço criado para as emoções se recolocarem na feitura da história e completarem um quadro, até algum tempo atrás lacunoso nos estudos históricos, por terem estado as almas, sobretudo as femininas, ausentes das conjunturas e das estruturas.

A autora começa sua exposição localizando socialmente as duas mulheres e mostrando-as como instituintes do e instituídas por um momento histórico específico. A história aparece, assim, plenamente exposta, vale dizer, nas suas dimensões estruturantes e ocasionais, gerais e íntimas, de todos e de cada um. Da leitura sociológica de seus personagens, emerge o café como moldura fundamental, mexendo com vidas mas também com poderes, governos, instituições, quadro ideal para a análise de um aspecto decisivo: a propriedade. A trama se completa com a introdução da família no foco das observações e da mulher, vista na sua mais reveladora intimidade, no seu cotidiano mais expressivamente comum.

Propriedade fundiária, família, mulher esclarecem a questão da herança que, uma vez colocada, acrescenta elementos de compreensão àquelas temáticas que a introduziram no quadro estudado.

Falar em bens herdados, no Brasil do fim do século XIX e começo do XX, é falar, sobretudo, em fazenda. A autora faz um minucioso estudo sobre essa unidade produtora, segundo ela, múltipla, por ter um caráter, ao mesmo tempo, doméstico e de produção, e que constrói relações sociais muito específicas. Em um exemplo metodológico bem sucedido de articulação entre o menor detalhe e o contexto mais amplo, as relações de trabalho são estudadas a partir da lembrança de uma jóia recebida em dote por Brazilia e por ela mencionada para, orgulhosamente, comparar seu valor à remuneração dos trabalhadores da fazenda de seu pai. Práticas econômicas vigentes naquele momento, como empréstimos e hipotecas são analisadas, também, a partir de laços familiares, parentescos e situações da vida privada das famílias de Floriza e Brazilia.

A questão da mão-de-obra, na passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, é vista através de inventários e testamentos. Dessa análise aparece, com clareza, o esfacelamento da elite agrária paulista. São diferentes os efeitos provocados por aquela situação de transição em cada uma das famílias estudadas. A família de Floriza não absorveu as mudanças que vinham ocorrendo. O conservadorismo, aliado à fragilidade econômica dos que haviam baseado sua riqueza, poder e prestígio no binômio

terra/escravo, contrastou-se com a modernidade e a força que adquiriram os setores das elites rurais – como a família de Brasília – que usaram os lucros do café para novos e diversificados empreendimentos econômicos, inaugurando um outro momento da problemática e *sui generis* história do capitalismo brasileiro.

Símbolos, códigos, valores, comportamentos, roupas, hábitos, casamentos formam um conjunto de práticas culturais que dão ao leitor um quadro amplo e detalhado da família brasileira no limiar do século XX, estudada sob uma perspectiva de classe, portanto situada historicamente. É importante assinalar essa característica do trabalho. O objeto e as temáticas dele decorrentes são vistos sempre de um ponto de vista do contexto social, vale dizer, das classes sociais, o que explica a elucidação de um “tempo” ou uma “atmosfera” construída pelos grupos que a instituem e percebida, pela historiadora, nas entrelinhas das memórias. Ponto alto dessa acuidade é a condição de classe extraída das memórias de Floriza pelo espaço dado aos negros em suas lembranças e pela emoção – medo – que eles despertam no mundo branco. Notando indícios da violência contra escravos naquela situação específica, a autora busca outros documentos para analisá-la. Resulta daí uma análise de classe fina e profunda do período.

Marina Maluf expõe sua postura sobre a relação entre história das mulheres e a questão do público e do privado, desvendando o conteúdo de poder contido na divisão abstrata dessas duas esferas. O confinamento da mulher no âmbito do privado, por força daquela divisão desprovida de história, cria condições para a dominação masculina, o homem ficando “encarregado” do público visto como aquilo que importa. Essas fronteiras rígidas são desconstruídas a partir das fontes. Buscando o escondido do documento, a historiadora mostra a construção cultural do papel da mulher no próprio discurso de Floriza.

Do lugar dado às mulheres pela ideologia e consenso dominantes, aparece a discussão sobre educação feminina da época, feita de um ponto de vista do cotidiano familiar. O enfoque recai sobre a dimensão simbólica, lugar de produção dos ritos de passagem domésticos como o acesso à dispensa e às receitas culinárias. Marina Maluf nos mostra, assim, sua concepção de cotidiano ao trabalhar com detalhes sutilíssimos, pouco considerados pela concepção clássica de ciência, hoje pequena demais para dar conta das revoluções historiográficas que apontam aqueles “pedacinhos” da experiência coletiva dos homens como fundamentais na composição da trama histórica.

Mostrando um grande domínio de vasta bibliografia referente ao seu objeto de investigação, a autora resolve de maneira competente um dos impasses metodológicos mais difíceis para o historiador, qual seja, o uso do referencial conceitual nos estudos

históricos, refratários por natureza a generalizações dos conceitos e teorias. Sem fugir de reflexões teórico-conceituais, submete-as, no entanto, às solicitações das fontes, realizando com sucesso o diálogo entre teoria e evidências que nos propõe E. P. Thompson.

Em termos do texto, o trabalho mostra o quanto fontes subjetivas têm interferido no discurso historiográfico, num passado recente, demonstrativo, querendo-se objetivo, hoje, quase literário, querendo-se portador de subjetividade sem abrir mão da história metodicamente refletida, elaborada e exposta.

Essa forma de pensar e escrever a história, adotada por Marina Maluf, produziu uma obra marcada por uma movimentação entre a explicação e a narração. Muito naturalmente a autora desliza de uma reflexão sobre o conceito de memória coletiva de Halbwachs ou de classe social de Weber para o “Era uma vez...” implícito na escrita dos diários e memórias, o que confirma a pertinência do ensinamento de Peter Gay no seu *O estilo na história* quando diz: “A narrativa histórica sem análise é trivial, a análise histórica sem narrativa é incompleta” (p.171)